

VER A CIDADE A PARTIR DOS CONFLITOS (SESSÃO LIVRE)

Raquel Garcia Gonçalves

UFMG | raquelgargon@hotmail.com

Izabella Galera

UFPE | izabella.galera@ufpe.br

Resumo geral: Esta Sessão Livre busca enxergar e discutir a cidade a partir de seus conflitos.

Insere-se em um contexto em que o modelo de cidade que vem sendo consolidado, a partir das ideias do urbanismo neoliberal, tem demonstrado, de uma forma clara e perversa, suas limitações, ao gerar novas contradições, sem conseguir solucionar os problemas reais dos grandes centros urbanos.

Como resposta a essas contradições e precariedades, a mobilização social por meio da ação direta vem retomando um espaço relevante na realidade brasileira. Novas formas de participação e manifestação, embora muitas vezes tolhidas e sufocadas, demonstram que a vitalidade das cidades e de suas ruas continua revelando a antítese dos modelos hegemônicos impostos.

A proposta da Sessão Livre parte da ideia de que o conflito urbano é desejado na cidade democrática, pois é visto como elemento fundamental da transformação urbana. Os conflitos urbanos são inerentes à vida social, revelando a dinâmica da sociedade e contribuindo para a melhoria e a assertividade das políticas públicas e do planejamento urbano. Entende-se, aqui, os conflitos como elementos essenciais para a construção coletiva de uma cidade mais justa e inclusiva.

Ressalta-se que os estudos quantitativos podem fornecer informações precisas sobre a distribuição de equipamentos e serviços urbanos, sobre a alocação socioespacial de recursos públicos, sobre as amenidades ambientais, entre outros, fornecendo, dessa forma, um quadro objetivo das desigualdades urbanas. Mas o que o levantamento e o registro sistemático dos conflitos proporciona é um outro retrato da cidade, que ausculta e permite analisar as desigualdades e mazelas que se expressam, são verbalizadas ou simplesmente evocadas no e pelo cotidiano urbano.

Pode-se dizer que as informações sobre a conflitualidade urbana constituem fonte inesgotável de conhecimento das várias realidades, das dinâmicas sociais através das quais nossas cidades "falam". Nossas cidades falam e, muitas vezes, nossas cidades gritam! É na

conflitualidade cotidiana que podemos revelar um outro retrato da cidade, com suas desigualdades e injustiças bem delineadas. Na conflitualidade cotidiana podemos escutar outras vozes, que clamam por direitos e por justiça social. E é com esta possibilidade de revelar a cidade e suas mazelas e de desafiar essa cidade que tantas vezes atormenta, que os conflitos e os sujeitos coletivos que eles constituem podem contribuir para a geração de uma outra realidade urbana.

Nesse sentido, entende-se que os sujeitos coletivos e políticos se constituem a partir dos conflitos e das lutas sociais travadas no espaço público. “Sem conflito, não podem os grupos e classes sociais dominados gerarem identidades, projetos coletivos, práticas coletivas, AÇÃO POLÍTICA” (Vainer, 2007, p. 06). No mesmo sentido, os conflitos também abrem a possibilidade de construção crítica e de conscientização dos cidadãos sobre as relações verticais de poder e dos mecanismos de controle existentes para a manutenção da ordem e do consenso no direcionamento das intervenções nas cidades. Assim, pode-se relacionar diretamente a ideia de conflito à construção da cidadania. “Cidadania é conflito” (Oliveira, 2000, p.9).

Entretanto, o entendimento de que a construção da cidadania está vinculada ao conflito vem sendo paulatinamente sufocado pelas ideias que propagam o conflito como algo negativo e que, por isso, deve ser banido a qualquer custo.

Os corpos nas ruas incomodam porque subvertem ao buscarem ou entenderem que uma outra forma de cidade é possível e desejável. Existe um avesso da cidade neoliberal e esse avesso se expressa na solidariedade, na necessidade do encontro, na vontade de ocupar os espaços públicos, na possibilidade da festa e da partilha.

Operam-se, assim, medidas que desestimulem o uso do espaço público ou que restrinjam o acesso a esses espaços, o que acaba por impulsionar o desaparecimento de um conjunto de formas e funções que favoreceriam o relacionamento social e a vida democrática, contribuindo, dessa forma, para o enfraquecimento da esfera pública, para a deterioração do espaço social e para o esvaziamento de lutas sociopolíticas.

De forma paradoxal, contudo, observa-se que a resposta às tentativas de eliminar o conflito, de impedir o uso livre dos espaços públicos das cidades, ocorre justamente através de mais conflitos expressos por meio das manifestações coletivas, demonstrando a subversão de uma ordem que se pretende impor.

Assim, os conflitos e as manifestações coletivas ajudam a entender que a participação no processo de pensar e fazer a cidade não se apresenta apenas como uma das ideias de direito à cidade, mas deve ser entendida como a sua essência. Sem o direito de participação real nas decisões, não há direito à cidade. E é nesse sentido que as práticas socioespaciais expressas na ação direta de cidadãos críticos e conscientes podem servir à emancipação, conduzindo a uma perspectiva de transformação da realidade urbana.

PENSAR A CIDADE, PENSAR EM CONFLITOS

Raquel Garcia Gonçalves

UFMG | raquelgargon@hotmail.com

Busca-se, aqui, refletir sobre os conflitos urbanos e a sua intensificação nos últimos anos, apesar e/ou por conta do modelo de cidade neoliberal que vem sendo implantado nas cidades brasileiras. A ideia é apresentar dados coletados na pesquisa realizada pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte, considerando o período compreendido entre abril de 2006 e novembro de 2024.

Inicialmente, serão discutidos os atuais processos de produção espacial a partir do cenário neoliberal e a importância da reafirmação da ideia de direito à cidade.

Em seguida, será realizada uma discussão sobre conflitos urbanos e subversão, estabelecendo uma relação entre as manifestações coletivas, a vitalidade das cidades e a democratização dos espaços públicos.

Na sequência, procura-se apresentar a metodologia de trabalho do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte, analisando dados coletados e demonstrando a importância da ação direta nas cidades e da subversão de uma ordem impositiva e excludente.

Por fim, aponta-se no sentido de que existe um paradoxo entre as tentativas de eliminar o conflito no modelo de urbanismo neoliberal e a intensificação da ação direta, em tempos recentes.

O RISO E A LUTA PELA VIDA URBANA: ENSAIO SOBRE O LAZER, A FESTA E A FÚRIA

Izabella Galera

UFPE | izabella.galera@ufpe.br

Propõe-se, aqui, discutir as práticas de lazer como forma de resistência à produção hegemônica do espaço urbano, a partir da vivência das ocupações urbanas da Izidora, em Belo Horizonte/MG, desvelando outros elementos inseridos no meio da luta por moradia, apontando para uma luta pelo direito à vida urbana, por uma vida digna, que se expressa nos momentos do riso, “este hiato entre a existência e a essência, (...) entre o que somos e o que deveríamos ser” (Minois, 2000, p.112). A pesquisa, a ser apresentada, ancorou-se em vivenciar e refletir sobre o lazer nas ocupações, observando a produção do espaço por meio das brincadeiras, festas e jogos em territórios que se constituem em meio a um conflito urbano emblemático que desarticulou um projeto milionário que era previsto para a região. Por ser parte essencial da vida, o brincar abarca a noção de autonomia, liberdade, subversão, atitude lúdica, culturas populares e tempo-espaço. Ao cruzar essas dimensões entendendo principalmente quem, onde e como elas são praticadas, defende-se o lazer como uma alegria

forma de resistência e revolucionária, pelo fato de ser livre, de atuar nos corpos, no imaginário, na subjetividade e na intersubjetividade.

Os conflitos, nesse sentido, vêm para desvelar a falsa ideia de harmonia e a passividade do povo, e a festa, o lazer e o riso embalam a dimensão da vida coletiva e insubordinação que está aflorada nestas situações limites, mesclando “amor e fúria” como defende Rufino (2023). Vale ressaltar que estamos olhando para os conflitos urbanos que ocorrem em territórios vulneráveis e vêm acompanhados de diversas violências, acarretando desintegração da comunidade por meio de expulsões e atingindo principalmente mulheres e crianças. Dentre tantas práticas socioespaciais optamos por falar do Lazer e da Festa como elementar para a consolidação de um sujeito coletivo, ocorrendo a partir do riso, este gesto social que ocorre de infinitas maneiras e situações, sendo um símbolo de sociabilidade, que pode ser direcionado para a revolta e reivindicação nas ruas, nos momentos familiares e de intimidade, nos núcleos mais próximos, como ação comunitária e a partir da religiosidade. Em todas estas dimensões festivas, o riso serve para equilibrar e encantar as idas e vindas que é o longo processo de resistência, tendo no outro sentido o desencanto sedimentado nas injustiças acumuladas por gerações. É neste exercício contínuo de manter o encanto e a fé na luta, buscando por alternativas mais humanas e comprometidas com a dignidade que este trabalho se assenta.

O SENTIDO DA CIDADE COMO UMA CIDADE DE DIREITOS: UM OLHAR A PARTIR DE UM PROJETO POLÍTICO INSITUCIONAL POPULAR, FEMINISTA E ANTIRRACISTA QUE OCUPOU A CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

Helena d' Agosto Miguel Fonseca
UFMG | lelearq1@gmail.com

Este trabalho propõe-se a colaborar com a discussão acerca da experimentação de um mandato coletivo, declaradamente popular, feminista e antirracista, nomeado de *Gabineta*, que ocupou a Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG, entre 2017 e 2020, e preconizou a valorização dos grupos minoritários nas lutas sociais, políticas, culturais e urbanas, trabalhando em parceria com os movimentos sociais em busca de uma cidade mais justa e democrática. Além disso, pretende-se trazer como pano de fundo deste ensaio, a relação entre o conflito e a institucionalidade e de que maneira um mandato popular pode contribuir para explicitar os conflitos e fortalecer a participação popular e o debate democrático, indo na contramão de um cenário político neoliberal que tenta impor o consenso nos espaços de disputa do parlamento, quando estes deveriam dar visibilidade aos conflitos sociais e aos dissensos (Maricato, 2015), uma vez que “[...] é a liberdade de dissentir que caracteriza um sistema democrático” (Gonçalves, 2008, p. 45).

Parte-se do pressuposto que é a partir do conflito que nascem as organizações e os grupos que lutam coletivamente pelas pautas urbanas. É o questionamento do que está dado que faz com que determinada situação possa ser transformada. Segundo Vainer (2023), resgatar o sentido virtuoso do conflito e os sujeitos coletivos que eles constituem e instituem é o que garante a transformação e a reivindicação de direitos urbanos. Dessa forma, o conflito é abordado aqui como a luta entre interesses, necessidades e ideias contraditórias que faz com que a sociedade se torne ativa no campo de forças e possa perceber e criticar consensos (Souza, 2016), inclusive no parlamento.

Destaca-se que este trabalho é parte de uma tese de doutorado que teve como objetivo investigar os avanços, desafios e limites presentes nessa proposta de ocupação institucional por parlamentares mulheres e buscou destacar a importância dos desdobramentos observados na ação política local e nas políticas públicas construídas a partir desse olhar feminino de dentro do Estado, associadas sobretudo ao direito à cidade. Considerou-se que, ao tentar romper com a estrutura racista, machista, elitista e cisheteronormativa da institucionalidade, o mandato se colocou como resistência frente à precariedade, perda de direitos, violência de gênero e ao avanço de uma agenda conservadora e neoliberal, desafiando uma lógica imposta.

PRÁTICAS ESPACIAIS CONTRA-HEGEMÔNICAS ENQUANTO FORMADORAS DE SUJEITOS CRÍTICOS E URBANIDADES DEMOCRÁTICAS

Ana Paola da Silva Alves
UFMG | anapaola.alves@gmail.com

Esse trabalho discute o caráter pedagógico dos espaços públicos, destacando a importância das manifestações coletivas urbanas na luta por direito à cidade. Sendo práticas que auxiliam na formação de sujeitos críticos e capazes de intervir na realidade urbana, os conflitos urbanos mostram-se essenciais para se gerar urbanidades mais democráticas. Traça-se relações entre educação e cidade, a partir da problematização dos processos educativos hegemônicos e da proposta de uma educação alternativa, crítica, emancipatória, baseada na pedagogia de Paulo Freire (1967). Considerando que as práticas socioespaciais podem ampliar ou restringir as experiências dos indivíduos nos espaços públicos urbanos – influenciando na conformação das cidades e no exercício da cidadania –, são analisadas, de um lado, em que medida essas práticas contribuem para a manutenção dos indivíduos em uma posição de alienação e passividade – reproduzindo as contradições sociais – e, de outro, a capacidade dessas ações transformarem subjetividades, promovendo conhecimento crítico e conscientização quanto às formas de opressões existentes – fissurando a cidade tecnocrática. No sentido emancipatório aqui proposto, somente as ações transformadoras promovem educação urbana, enquanto as que reafirmam as condições vigentes deseducam sujeitos e cidades.

Discorre-se, também, sobre os conflitos urbanos, no contexto de reivindicação de direitos, de ampliação da cidadania e de recriação do espaço público (cada vez mais reduzido, na cidade neoliberal). Quando as ações diretas coletivas dão visibilidade aos grupos sociais excluídos (seus corpos, desejos e suas reivindicações), subvertendo normas restritivas de experimentação da cidade, elas ampliam os direitos e o próprio conceito de cidadania. Nessa perspectiva, as ações também promovem educação na cidade. Porém, quando as práticas reproduzem distinções socioespaciais, excluindo parte da população dos espaços da cidade e privilegiando grupos hegemônicos, elas ajudam a naturalizar as condições de desigualdade, reduzindo o conceito de cidadania e o direito à cidade. Essas práticas, portanto, promovem deseducação urbana.

As reflexões buscam reforçar a importância das ações contra hegemônicas enquanto práticas educadoras, no viés emancipatório de Freire. O transbordamento de corpos, em luta, nos espaços da cidade excludente reconfigura a noção de espaço público, amplia a discussão sobre o direito à cidade, trazendo ganhos de cidadania e gerando urbanidades mais inclusivas e democráticas.

PENSANDO A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA A PARTIR DO CONFLITO: O DESPEJO, A LUTA POPULAR E O PAPEL DA UNIVERSIDADE JUNTO À COMUNIDADE DA LINHA, EM RECIFE-PE

Híria Marina Galdino Nascimento
UFPE | hiria.marina@ufpe.br

Pretende-se apresentar o projeto de extensão que teve início em 2021, com o objetivo de realizar Assessoria Técnica Popular, atuando em territórios atravessados por conflitos fundiários. O projeto se assentou na Comunidade da Linha constituída pelas Comunidades de Interesse Social (CIS), Sítio Santa Francisca e Comunidade Paz e Amor, no bairro do Ibura em Recife - PE. Partiu-se do contexto em que houve uma ordem de despejo da ocupação da faixa de segurança de uma linha férrea que estava subutilizada há anos, onde a Transnordestina Logística é responsável pela gestão e solicita a reintegração de posse da área. A ameaça de despejo afeta todos os âmbitos referentes ao cotidiano da comunidade que está consolidada no território há mais de 30 anos. As maiores afetadas nestas violações são as mulheres negras, que chefiam 70% das residências atingidas pelo processo.

Assim, mira-se na interseccionalidade na produção do espaço urbano, entendendo como gênero, raça e classe permeiam as opressões nos conflitos fundiários. Dessa forma, acreditando no papel da universidade pública para além de si, aponta-se para a necessidade da assessoria que esteja implicada na luta por acesso aos direitos básicos e na política em defesa do território. Para isso, utiliza-se como base metodológica a pesquisa-ação (Thiollent, 2000) e a Cartografia Social como ferramenta de aproximação entre a Universidade e a comunidade. A Cartografia Social, para além da sua materialização em mapas, é um

instrumento de comunicação e expressão, servindo como ponte para diálogos e reflexões. A Cartografia Social dá suporte na mobilização da comunidade e incentiva a relação dos moradores com o território, sendo crucial para a assessoria entender as espacialidades a partir da ótica dos moradores, enfatizando seu caráter coletivo.

Dentre as ações propostas, foram realizadas reuniões abertas, aulas temáticas e oficinas de cartografia social, tendo como resultado: Mapas Colaborativos, contendo dados socioeconômicos da comunidade (faixa etária, gênero, renda, padrão de ocupação e número de unidades habitacionais afetadas), Relatório Técnico das casas sentenciadas, Cartilha Informativa e Maquete. Esta maquete foi produzida junto ao LABMAQ-UFPE, para simulação de cenários e localização das remoções previstas, sendo uma interface de diálogo entre diversos agentes. Em fevereiro de 2024, foi realizada uma exposição no hall do CAC-UFPE, promovendo o debate acerca da extensão popular, assessoria técnica, e levando a Comunidade a ocupar a Universidade.